
**DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE: A EVOLUÇÃO DO
INDIVIDUALISMO, O HIPERCONSUMISMO E O DESAFIO DA
SUSTENTABILIDADE**

***FROM MODERNITY TO HYPERMODERNITY: THE EVOLUTION OF
INDIVIDUALISM, THE HIPERCONSUMERISM AND THE CHALLENGE
OF SUSTAINABILITY***

MARIA CLÁUDIA ANTUNES DE SOUZA

Doutora e Mestre em Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad pela Universidade de Alicante – Espanha, Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, nos cursos de Doutorado e Mestrado - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Advogada; e-mail: mclaudia@univali.br.

JOSEMAR SIDINEI SOARES

Doutor em Filosofia pela UFRGS. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Professor no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI. Itajaí – SC, Brasil. Professor na Antonio Meneghetti Faculdade e coordenador do laboratório ‘Hard Cases’. E-mail: jsoares@univali.br

RESUMO

Objetivo: O presente artigo tem como objetivo entender o desafio da sustentabilidade que emerge diante do hiperindividualismo e do hiperconsumismo que caracterizam nossa sociedade contemporânea.

Metodologia: Adota o método hipotético-dedutivo, com a utilização de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, mediante a utilização de livros e de artigos científicos impressos e digitais.



Resultados: O trabalho reconhece que não há possibilidade do indivíduo hipermoderno – vazio e angustiado – produzir um ambiente saudável. Para responder ao desafio da sustentabilidade, é preciso primeiro recuperar o *humano*, através da recuperação do critério ético adequado para orientação de sua existência.

Contribuição: O texto traz, além das consequências que os desdobramentos históricos têm para o nosso momento presente, uma possível alternativa para o problema da sustentabilidade a partir de um viés existencial.

Palavras-chave: Individualismo. Pós-Modernidade. Hipermodernidade. Hiperconsumismo. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Objective: *This article aims to understand the challenge of sustainability that emerges from the hyper-individualism and hyper-consumerism that characterize our contemporary society.*

Methodology: *Adopts the hypothetical-deductive method, using bibliographic and documentary research techniques, using printed and digital books and scientific articles.*

Results: *The work recognizes that there is no possibility for the hypermodern individual – empty and distressed – to produce a healthy environment. In order to respond to the challenge of sustainability, it is first necessary to recover the human, through the recovery of the appropriate ethical criterion to guide its existence.*

Contribution: *The text brings, in addition to the consequences that historical developments have for our present moment, a possible alternative to the problem of sustainability from an existential bias.*

Keywords: *Individualism; Post-Modernity; Hypermodernity; Hyperconsumerism; Sustainability.*

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre a História da humanidade, frequentemente fazemos alusão a períodos específicos no qual a mesma parece estar dividida, tais como a Idade Média ou a Era Contemporânea. Esse processo é chamado de periodização da história e serve como ferramenta para facilitar tanto a compreensão quanto a transmissão do conhecimento acerca do passado e da evolução humana ao longo do



tempo. É verdade, porém, que não existe um consenso absoluto a respeito dessas divisões, visto que podem haver diversos critérios para delimitação dos marcos ou passagens que caracterizam a transição de um período para outro. Neste artigo, não abordaremos o problema dos critérios de delimitação, uma vez que essa discussão transcende em muito o escopo da reflexão aqui proposta. Os períodos históricos aos quais faremos referência serão especificados oportunamente, a partir das delimitações adotadas pelos autores que serão trabalhados.

Mas, então, por que a questão da periodização nos interessa? Como não existem rupturas ou mudanças bruscas na realidade, as divisões formais que fazemos ao falar da História são apenas recursos racionais que adotamos para facilitar a compreensão não apenas dos eventos em si, mas também da lógica em operação por trás deles, que determina sua concatenação cronológica e suas consequências factuais. As delimitações exatas não nos interessam no momento, mas essa lógica sim. Cada momento no tempo é uma consequência direta do momento anterior. O mesmo se dá no escopo mais abrangente dos períodos históricos. Entender essa lógica nos ajuda a compreender não apenas o período ao qual nos referimos, mas também seu antecessor e seu sucessor. Além disso, ela possibilita a reflexão sobre o presente como consequência do passado e a projeção do que está por vir como consequência do presente, permitindo que tenhamos uma participação ativa na construção do futuro de nossa sociedade, inclusive alterando o rumo dos acontecimentos que formos capazes de antecipar.

É a partir desse prisma que iremos retomar as reflexões feitas pelo filósofo e sociólogo francês Gilles Lipovetsky acerca da Modernidade, da Pós-Modernidade e do que ele chamou de Hipermodernidade.

Através da ótica desse autor, buscaremos entender a mudança de paradigma que marcou a Modernidade, quando o indivíduo volta a ser a figura central na organização das diversas esferas sociais. Depois, tentaremos explicar como se deu a passagem para a Pós-Modernidade, caracterizada pela radicalização do individualismo moderno, em detrimento dos valores coletivos e assentada em uma cultura hedonista, narcisista e consumista. Esse processo acabou produzindo o que Lipovetsky denomina de “era do vazio”, justamente devido ao esvaziamento de



sentido que o mundo exterior sofre em decorrência da desvinculação do indivíduo com relação à esfera pública e aos valores sociais. Inicialmente, esse processo parecia ter caráter positivo, uma vez que permitia uma existência mais leve e flexível em comparação com as constantes tensões da Modernidade. Porém, estando absolutamente voltado para si mesmo, o sujeito passa de um estado de liberdade e prazer para um estado de medo e ansiedade. Como consequência, são produzidos fenômenos “hiper”, exagerados, tais como o hiperindividualismo e o hiperconsumismo. É essa exacerbação dos elementos característicos da modernidade e da pós-modernidade levam a sociedade para a Hipermodernidade. Ou seja, os problemas decorrentes da organização social moderna e pós-moderna não são superados em um novo momento histórico, mas sim levados a um nível extremo.

Naturalmente, o contexto social acima descrito faz surgir um grande desafio: o da sustentabilidade ambiental. Afinal, atender a demanda incessantemente crescente dos hiperconsumidores, significa, inevitavelmente, comprometer a saúde do meio-ambiente. Entre alguns dos problemas que emergem como consequência dessa volumosa produção industrial estão a necessidade de utilização de recursos naturais escassos, os processos de produção poluentes e as grandes quantidades de lixo geradas pelo descarte dos produtos “ultrapassados”. Assim, como tarefa final e objetivo central deste artigo, faremos uma análise das consequências que os desdobramentos históricos apresentados têm para o nosso momento presente, bem como apresentaremos uma possível alternativa para o problema da sustentabilidade a partir de um viés existencial.

2 O SURGIMENTO DO INDIVIDUALISMO MODERNO

A Modernidade foi um período histórico de grande efervescência, marcado pela profunda ruptura com o mundo medieval e pela ascensão de novas formas de organização política e econômica, que alteraram não apenas a estrutura das instituições sociais, mas também as percepções do indivíduo acerca de si mesmo e



as relações entre os indivíduos e a esfera pública. Como afirma RENAULT (1998, p. 5-6)

No antigo atomismo ou no nominalismo medieval, nada há, portanto, comparável, em matéria de valorização do indivíduo, àquilo que apenas a moderna concepção de mundo testemunhou. Tanto que, em muitos aspectos, é mediante a afirmação do indivíduo enquanto princípio e enquanto valor (o individualismo, se se quiser) que o dispositivo cultural, intelectual e filosófico da modernidade pode simultaneamente caracterizar-se em sua originalidade mais evidente e interrogar-se a respeito de alguns de seus enigmas mais temíveis.

No início da Idade Média, a sociedade estava organizada em um modelo de economia predominantemente agrário e o poder político era descentralizado, ou seja, estava dividido em pequenos reinos governados por monarcas que detinham pouco poder e relevância. Essa espécie de vácuo de poder central foi definitivamente ocupada pela Igreja Católica, que passou a ser a instituição mais influente na cultura e na política daquele período. Porém, ao longo do tempo e com o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, os feudos conseguem promover um grande aumento na produtividade de suas terras, possibilitando a geração de excedentes que poderiam ser comercializados. Além disso, com o fim das pandemias e das invasões bárbaras, a região experimenta um vertiginoso aumento populacional. Esses dois fenômenos dão início um processo de “renascimento urbano” que leva ao surgimento dos centros industriais e comerciais da época – os burgos.

É diante desse cenário que ocorre o advento do Estado Nacional e do mercantilismo, que caracterizarão o início do período de transição para a Idade Moderna. Com o deslocamento de uma economia rural para uma economia mercantil, fazem-se necessárias novas formas de organização social capazes de regular as trocas comerciais e garantir os direitos dos indivíduos que nelas atuam, tais como leis claras, taxas unificadas, moeda comum, etc. Para atender a essa demanda, o poder político e militar, que estava pulverizado nos feudos, volta a ser centralizado na figura do monarca. Isso cria as condições para o surgimento dos Estados modernos, que passam a ser responsáveis pela administração da sociedade nos territórios sobre os quais detém soberania. No entanto, as monarquias dessa época tinham um caráter



absolutista, o que fica especialmente claro na célebre frase atribuída ao Rei Luís XIV (o Rei-Sol): “o Estado sou eu”. A consequência disso é que os indivíduos tinham sua liberdade bastante restrita, uma vez que ficavam submissos à vontade dos Reis e ao poder estatal.

Concomitantemente a essas mudanças econômicas, ocorrem também grandes mudanças culturais que acompanham o gradual declínio da influência da religião sobre as diversas esferas da vida social: a Reforma Protestante rompe definitivamente com a hegemonia da Igreja Católica sobre a cultura europeia; a ciência floresce como conhecimento resultante da aplicação de um método experimental; as tradições teocêntricas perdem sua força e a razão começa a se tornar o princípio balizador dos empreendimentos humanos; tanto a arte quanto as correntes filosóficas que se difundem pela Europa resgatam o antropocentrismo clássico e voltam a colocar o homem no centro do universo. Todos esses movimentos têm como aspecto comum o entendimento do ser humano como portador de valor em si mesmo e não apenas como uma parte do todo social.

Inevitavelmente, conforme essas correntes intelectuais começam a ganhar força e relevância dentro do contexto social, elas também entram em choque direto com as monarquias da época. Em contraposição a esses regimes, surgem as teorias liberais, que contestam o poder absoluto dos reis e defendem as liberdades e direitos dos indivíduos acima dos valores da coletividade. É justamente esse pensamento liberal que vai inspirar importantes revoluções europeias, como a Revolução Gloriosa (1688-1689), a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Liberal do Porto (1820), que colocaram fim aos regimes absolutistas da Inglaterra, França e Portugal, respectivamente. A queda dos regimes absolutistas, a consolidação do poder da burguesia e a posterior ascensão das democracias modernas consolida definitivamente a vitória dos valores individuais sobre os valores sociais. Segundo HABERMAS¹ (2000, p. 26), “os acontecimentos-chave históricos para o

1 Em alusão à: HEGEL, G. W. F. Suhrkamp-Wcrkausgabevol. XVI, p. 349.



estabelecimento do princípio da subjetividade² são a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa.”

Além disso, nesse período também ocorrem um conjunto de intensas transformações tecnológicas, que depois ficariam conhecidas como a Primeira Revolução Industrial e dariam início ao capitalismo industrial. Esse fenômeno não altera apenas os modos de produção, mas também tem impacto na cultura e nas relações sociais, culminando nas tensões entre as classes que se formam a partir dessa nova organização política e econômica. Isso gera uma nova onda de agitações e revoluções, inspiradas pela teoria marxista, que buscam uma reorganização da sociedade em um novo sistema socioeconômico.

Para Gilles Lipovetsky, o substrato que tornou possível os processos revolucionários que caracterizaram a agitada Modernidade são justamente os valores individualistas que começaram a se tornar centrais nas sociedades da época:

Para que a revolução se torne uma possibilidade histórica é preciso que os homens sejam atomizados, desvinculados de suas solidariedades tradicionais; é preciso que a relação com as coisas prevaleça sobre a relação entre os seres e que, enfim, predomine uma ideologia do indivíduo que lhe atribua um status nativo de liberdade e de igualdade. A revolução e a luta das classes supõem o universo social e ideológico do individualismo; a partir daí, não há mais organização em si exterior à vontade dos homens, o todo coletivo, com sua supremacia que antes impedia a violência de abalar sua ordem, perde seu princípio de intangibilidade e mais nada, nem mesmo o Estado e a sociedade, escapa da ação transformadora dos homens. (LIPOVETSKY, 2005, p. 183-184).

Assim, podemos dizer essa primeira fase do individualismo ainda se mantinha vinculada à esfera do social, pois “a sociedade individualista não restitui aos homens o pleno domínio do seu ser-conjunto a menos que os faça se enfrentarem em conflitos [...] cujo maniqueísmo se deve ainda mais aos novos valores anexados aos direitos do indivíduo” (LIPOVETSKY, 2005, p. 184). Ou seja, a afirmação do individualismo

² “Nesse contexto a expressão subjetividade comporta sobretudo quatro conotações: a) individualismo: no mundo moderno, a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões; b) direito de crítica: o princípio do mundo moderno exige que aquilo que deve ser reconhecido por todos se mostre a cada um como algo legítimo; c) autonomia da ação: é próprio dos tempos modernos que queiramos responder pelo que fazemos; d) por fim, a própria filosofia idealista: Hegel considera como obra dos tempos modernos que a filosofia apreenda a idéia que se sabe a si mesma”. (HABERMAS, 2000, p. 25-26).



não se dá através de um distanciamento da sociedade, mas sim através de sucessivos e violentos confrontos contra o Estado, contra a ordem vigente, em uma espécie de insurreição dos indivíduos diante das estruturas sociais, em uma tentativa de fazer valer sua autonomia, bem como seus próprios valores e ideologias.

3 O INDIVIDUALISMO TOTAL E A ERA DO VAZIO

Em sua obra “A Era do Vazio”, publicada originalmente em 1983, Lipovetsky se propõe a entender uma “mutação histórica que ainda está se processando” e que ele caracteriza como “uma nova fase na história do individualismo ocidental.” (2005, p. XV). Assim, ele afirma que:

Nosso tempo conseguiu eliminar a escatologia revolucionária instaurando uma revolução permanente do cotidiano e do indivíduo: privatização ampliada, erosão das identidades sociais, desgaste ideológico e político, desestabilização acelerada das personalidades. Estamos vivendo uma segunda revolução individualista. (LIPOVETSKY, 2005, p. XV).

É justamente essa nova era do individualismo que o filósofo designará como Pós-Modernidade ou era do vazio. Como vimos anteriormente, apesar de ter surgido na Modernidade, o individualismo daquele período ainda estava fortemente vinculado à valores ideológicos e sociais. Assim, “[...] a fase heróica do individualismo pode ser comparada mais a uma mobilização da politização de massa em torno de valores do que a uma retirada prudente em direção a preocupações estritamente particulares.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 184). Nesse segundo momento, o individualismo se radicaliza através do que Lipovetsky chama de *personalização*.

O processo de personalização consiste em uma mutação sociológica global que vai caracterizar a Pós-Modernidade, estabelecendo as diretrizes de uma nova forma de organização e controle social. (LIPOVETSKY, 2005, p. XVI). Isso representa uma ruptura com o estágio inicial da Modernidade, quando ainda se buscava estabelecer uma ordem disciplinar e rigorosa, subordinando o indivíduo a um conjunto de leis e regras morais homogêneas e universais. Essa estrutura autoritária é abalada



pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da indústria, do consumo de massa, dos veículos de mídia, dos princípios individualistas, do psicologismo, etc. Em meio à essa metamorfose dinâmica e cada vez mais acelerada, a permissividade e os valores hedonistas tomam centralidade na esfera social. Assim, dentro da lógica do personalismo, no lugar daquela tentativa de forçar a conformação do indivíduo ao sistema, as diversas formas de organizações sociais passam a operar utilizando a tática da *sedução*.

A sedução nada tem a ver com a representação falsa e a alienada das consciências; é ela que dirige o nosso mundo e o remodela de acordo com um processo sistemático de personalização cuja finalidade consiste essencialmente em multiplicar e diversificar a oferta, em oferecer mais para que você possa escolher melhor, em substituir a indução uniforme pela livre escolha, a homogeneidade pela pluralidade, a austeridade pela satisfação dos desejos. A sedução remete ao nosso universo de gamas opcionais, das nuances exóticas, da ambiência psicológica, musical e informativa, no qual cada um tem o prazer de compor à vontade os elementos da sua existência.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 3).

Em contraposição à hipertrofia ideológica moderna, a Pós-Modernidade parece surgir como uma espécie de alívio, permitindo uma vida mais flexível e *cool*³. A sociedade passa a ficar sob a égide de dispositivos mais abertos e plurais, centrados no equilíbrio, na tolerância e no respeito às diferenças, às liberdades individuais e à autonomia do sujeito. Este último se torna senhor soberano de si mesmo e único responsável pela condução de sua própria vida. Porém, ocorre também um estranhamento com relação aos outros e um esvaziamento substancial dos valores coletivos. As grandes finalidades sociais e as questões acerca do futuro sofrem um processo de neutralização e banalização. Não são mais os ideais que dão sentido à existência do homem pós-moderno. Ao contrário, ele se afirma e se constrói continuamente, em sua subjetividade, por suas livres decisões, feitas em meio ao vasto e sedutor cardápio oferecido pelo mercado.

É desse processo de “deserção generalizada dos valores e finalidades sociais, implicada pelo processo de personalização, que o narcisismo surge.”

3 A palavra *cool* pode ser traduzida tanto como “fresco(a)” quanto como “legal”. Nesse caso, como ela é utilizada em oposição à palavra *hot*, ou “quente” (adjetivo usado por Lipovetsky para se referir ao efervescente período revolucionário moderno), a primeira tradução parece ser a mais adequada.



(LIPOVETSKY, 2005, p. 34) A dessubstancialização do que é exterior e o hiperinvestimento do Eu constituem o deserto pós-moderno. Ao contrário do que possa parecer, esse deserto não tem caráter necessariamente negativo, mas apenas caracteriza o terreno aberto sobre o qual o indivíduo se move irrestritamente.

As grandes estruturas socializantes perdem a autoridade, as grandes ideologias já não estão mais em expansão, os projetos históricos não mobilizam mais, o âmbito social não é mais que o prolongamento do privado – instala-se a era do vazio, mas ‘sem tragédia e sem apocalipse’.
(LIPOVETSKY, 2004, p. 23).

Assim, “o individualismo sofre uma atualização que aqui chamamos de narcisista” e que simboliza “a passagem do individualismo ‘limitado’ ao individualismo ‘total’”. (LIPOVETSKY, 2005, p. XVI). Tal qual o personagem mitológico, o indivíduo se torna obcecado por si mesmo. Desligado daqueles substratos fixos que antes o ancoravam (ideologia, religião, família, etc.), ele perde seu caráter estruturado e estável, passando a flutuar indiferentemente pelo mar de possibilidades que se abre à sua frente. Essa indiferença não constitui uma alienação com relação às suas escolhas, mas uma espécie de descompromisso. Ele pode experimentar livremente tudo aquilo que a sociedade de consumo oferece em um *self-service* generalizado posto ao seu dispor. Na Pós-Modernidade, o homem narcísico, radicalmente individualizado, se torna o grande soberano do deserto da abundância.

4 TEMPOS HIPERMODERNOS: DO HIPERINDIVIDUALISMO AO HIPERCONSUMISMO

A ideia de uma pós-modernidade foi (e ainda é) abordada por diversos pensadores contemporâneos, a partir de distintas perspectivas. Assim, não existem consensos ou definições precisas para caracterizar esse conceito. De maneira geral, as teorias acerca desse tema buscam entender os fenômenos sociais que se deram após as agitações e revoluções da Modernidade, com todas as suas características já descritas. Usando a terminologia adotada por Lipovetsky, podemos dizer que elas



buscam compreender os fenômenos que se seguem ao “esfriamento” da efervescência moderna.

Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash (1997, p. 11) denominam esse momento como *modernidade reflexiva*, que se configura como “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial”. Zygmunt Bauman (2001, p. 3) usa a expressão *modernidade líquida* por “considerar ‘fluidez’ ou ‘liquidez’ como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade”. Já Jean-François Lyotard (2008) fala da Pós-Modernidade como um período de busca desenfreada pelo progresso tecnológico e a propagação de uma ideologia do consumismo.

Como vimos anteriormente, Lipovetsky também usou o termo Pós-Modernidade em suas primeiras obras dedicadas à análise de nossa sociedade. Porém, nas palavras do próprio autor (2004, p. 52), “o rótulo pós-moderno já ganhou rugas, tendo esgotado sua capacidade de exprimir o mundo que se anuncia.”. Podemos dizer, então, que a Pós-Modernidade se configurou em um breve período de transição entre a Modernidade e o que ele viria a chamar de Hipermodernidade.

É notável que havia um otimismo subjacente à noção de Pós-Modernidade do filósofo francês (atributo que não tem unanimidade entre os teóricos do tema). Como discutido na sessão anterior, as mudanças que ocorreram nesse período configuraram um momento de alívio e libertação dos indivíduos, que ainda eram subjugados pelo peso das ideologias e das tradições. A virada individualista e hedonista permitiu ao sujeito buscar o prazer e a felicidade para si, no presente. O sentido de sua existência se desvincula da esfera pública e não depende mais da “vitória” de grandes ideais sociais cujos resultados seriam experimentados apenas no futuro. Pelo contrário, ele passa a ser o construtor de sua própria vida, se realizando continuamente, momento a momento, através da livre escolha e da autodeterminação.

No entanto, essa aura positiva e otimista se dissolve rapidamente. Afinal, o tempo não para. Os processos de desenvolvimento tecnológico e científico, de globalização, de disseminação da informação, de consumo de massa, etc., continuaram avançando e criando “uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada, feita de mercantilização proliferativa, de



desregulamentação econômica, de ímpeto técnico-científico, cujos efeitos são tão carregados de perigos quanto de promessas” (LIPOVETSKY, 2004, p. 53). Com a exacerbação dos elementos que haviam caracterizado o período pós-moderno, tudo sofre um salto para uma categoria superlativa, de “hiper”. Ou seja, a Pós-Modernidade vira a Hipermodernidade e passa abarcar em si fenômenos sociais igualmente acentuados, entre os quais está o hiperindividualismo.

Esse novo contexto muda a tônica daquele desvinculamento da tradição que antes havia empoderado o indivíduo. A falta de referências externas, que transformava o mundo em um deserto de sentidos superiores, mas abundante em possibilidades de construção subjetiva, deixa de ser um signo de liberdade autodeterminante. O livre arbítrio que atua sem referencial acaba por mergulhar o homem em uma situação de medo e ansiedade diante de uma realidade que se transforma em ritmo frenético e em meio à qual ele não encontra alicerces sólidos o suficiente para sustentar sua existência.

Na hipermodernidade, não há escolha, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela “evolução”: o culto da modernização técnica prevaleceu sobre a glorificação dos fins e dos ideais. Quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os modernos dos tempos heroicos. A mitologia da ruptura radical foi substituída pela cultura do mais rápido e do sempre mais: mais rentabilidade, mais desempenho, mais flexibilidade, mais inovação. Resta saber se, na realidade, isso não significa modernização cega, niilismo técnico-mercantil, processo que transforma a vida em algo sem propósito e sem sentido. (LIPOVETSKY, 2004, p. 57).

Sob a marca do excesso, esse novo modo de vida – acelerado, imediatista, cambiável, materialista – faz o gozo hedonista que havia caracterizado o período pós-moderno ser “despojado de sua aura triunfal” (LIPOVETSKY, 2007, p. 4) e acaba dando passagem para uma situação de intensa angústia existencial. A tentativa de preenchimento desse vazio gerado pelo hiperindividualismo hipermoderno acaba levando as pessoas ao hiperconsumismo. Em outras palavras, os indivíduos buscam suprir a falta de sentido que assola suas vidas através do consumo desmedido e desenfreado de produtos de natureza tanto material quanto intelectual, que o mercado está mais do que ávido para fornecer.



5 O INDIVIDUALISMO E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Com os fenômenos do hiperindividualismo e do hiperconsumismo que dele decorre, as sociedades humanas são postas diante de um desafio óbvio: o da sustentabilidade ambiental. Leonardo Boff (2016, p. 5) define sustentabilidade como:

O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

Então, seria possível sustentar essa demanda de mercado que se tornou central no modo de vida hipermoderno sem colocar em risco a possibilidade da vida de nossa espécie no planeta? Afinal, as transformações permanentes que caracterizam a Hipermodernidade criam um desejo de consumo praticamente insaciável. Tão logo se adquire a versão mais recente de qualquer produto, um novo modelo é lançado. Tão logo uma tecnologia é desenvolvida, outra superior surge no horizonte da inovação. Em um piscar de olhos, qualquer novidade se torna obsoleta e gera a ânsia pela aquisição da novidade seguinte. Atender a essa demanda incessantemente crescente significa, inevitavelmente, comprometer a saúde do meio-ambiente. Entre alguns dos problemas que emergem como consequência dessa volumosa produção industrial estão a necessidade de utilização de recursos naturais escassos, os processos de produção poluentes e as grandes quantidades de lixo geradas pelo descarte dos produtos “ultrapassados”. De acordo com Pereira, Calgaro e Pereira (2012, p. 73):

O ser humano, em sua visão antropocêntrica, age e não percebe que a poluição e a destruição ecológica avançam em todas as direções: no ar, no solo, na água, nos alimentos e principalmente nele mesmo. A poluição manifesta-se em todos os sentidos, tanto auditiva, quanto visual, olfativa e do paladar. Desenvolve-se na degradação da flora, nas agressões à fauna, nas destruições das paisagens e na deterioração do perfil urbanístico. De acordo com essa visão, percebe-se que o direito a um meio ambiente equilibrado é voltado para uma visão cujo objetivo é a satisfação de um consumismo exagerado por uma sociedade que destruiu o cidadão para criar o consumidor.



Esse dilema inerente à nossa condição atual é grave, urgente e precisa ser enfrentado por diversas frentes. Sem dúvida, ele exige respostas institucionais, tanto no âmbito administrativo quanto no âmbito jurídico das organizações sociais. Porém, qualquer mudança externa dependerá também de uma mudança interna na forma como os homens se relacionam consigo mesmos e com o mundo. Afinal, como já tratamos anteriormente, os valores individualistas que vem se radicalizando desde o início da Modernidade tem papel central na construção do cenário acima descrito. Portanto, antes de ser uma questão regulável através de políticas públicas e diretrizes jurídicas, a sustentabilidade depende de uma nova impoção existencial dos próprios seres humanos.

Diante dessa constatação, poderíamos ficar tentados a sugerir, como resposta imediata ao problema, a necessidade de romper com a cultura individualista que o alimentou. Porém, essa possibilidade não parece plausível ou sequer desejável quando cuidadosamente analisada. Não é sem motivos que chamamos de “Idade das Trevas” o período em que os valores individuais tiveram menos força e os homens portavam significado tão somente como parte de um todo que em muito o superava. Ao longo da história, não faltam exemplos para demonstrar que a anulação da importância e do valor do indivíduo perante “grandes ideais”, “grandes tradições”, “grandes valores” e outras “grandes coisas” acaba sempre resultando em alguma espécie de barbárie. Como afirmam Soares e Cruz (2012, p. 403)

A religião, o Estado e tantas instituições que outrora receberam a confiança dos indivíduos foram em parte responsáveis por grandes conflitos, em especial as grandes Guerras Mundiais do último século. A quebra de confiança nas ideologias e nas instituições predominantes conduzem à necessidade de relativização dos valores e da própria cultura. O homem entendeu que absolutizar uma ideologia pode causar práticas que em outros tempos geraram perigos como o antissemitismo, por exemplo.

Assim, no âmbito existencial, a solução para a questão da sustentabilidade não parece passar por uma mudança na “hierarquia de valores”, onde a coletividade e o mundo exterior voltariam a estar *acima* do indivíduo e de sua subjetividade. Pelo contrário, parece se fazer necessária a construção de uma nova fase do individualismo, capaz de devolver um sentido superior para a vida humana e



reconectar os homens com a dimensão social de sua existência, mas sem lhes despojar dos elementos centrais que caracterizam sua singularidade e seu valor ontológico particular. Para tal, é necessário resgatar a compreensão de que o homem e o mundo⁴ são partes de uma unidade sistêmica interdependente e não entidades dissociadas que apenas coexistem casualmente.

6 O CRITÉRIO ÉTICO DO HUMANO COMO ALTERNATIVA PARA O PROBLEMA DA SUSTENTABILIDADE NA DIMENSÃO EXISTENCIAL

Quando falamos em sustentabilidade, estamos falando de um problema essencialmente ético. Afinal, a Ética é a ciência que estuda a conduta humana em todos os seus aspectos, entre os quais está a questão da finalidade: por que fazemos o que fazemos? Quais são os fins que guiam nossas ações? Com a radicalização do individualismo moderno, as ações dos homens passaram a ser orientadas para a satisfação de necessidades imediatas e para a obtenção de prazeres superficiais. Esse é o que critério que determina suas escolhas, conscientes ou inconscientes, tais como a opção pelo consumo desenfreado. Por isso, a noção de sustentabilidade introduz uma mudança de perspectiva ética, uma vez que o agir sustentável é aquele orientado para a preservação do meio e, conseqüentemente, da possibilidade da vida.

De certa forma, podemos dizer que a hipermodernidade foi caracterizada mais por uma *falta* de critério do que por algum critério específico, visto que o indivíduo narcísico passou a flutuar descompromissadamente entre as inúmeras possibilidades disponíveis e cada vez mais acessíveis devido ao avanço da tecnologia e da era digital. Daí o vazio e a angústia existencial já descritas anteriormente. Para escapar desse tormento e dos problemas que ele gera para além do âmbito subjetivo (como as crises ambientais), é preciso haver uma mudança no critério ético adotado pelos indivíduos para conduzir sua existência.

4 Por “mundo”, aqui, entendemos tanto a esfera natural quanto a esfera social.



Dentro da Biologia, a área que estuda as interações entre os organismos e o meio é chamada de Ecologia, palavra que tem origem na junção dos termos gregos *oikos* (casa, lar) e *logos* (razão, estudo). Quando pensamos na sustentabilidade como a manutenção do equilíbrio ecológico que garante nossa subsistência, também chegamos à conclusão que viver sustentavelmente nada mais é do que preservar o equilíbrio da morada do nosso ser. Isso significa que o indivíduo não precisa se lançar em uma busca altruísta pela preservação do meio a despeito de si mesmo, mas precisa compreender que não obterá a felicidade que almeja a despeito de seu meio. Como afirma Meneghetti, (2011, p. 286-287)

Nós, na qualidade de seres humanos, somos terrestres, isto é, vivemos no sentido deste grande coração que é a Terra. Habitamos constantemente a sua placenta, entendida em todos os aspectos químico biológicos, embora não pertencendo definitivamente a esta. Os nossos componentes químicos são os mesmos deste planeta. O homem nasce, cresce, é nutrido pelo cordão umbilical deste planeta. Até o nosso rosto e os nossos olhos ficam coloridos pela reação química dos fótons da atmosfera. Inclusive as nossas formalizações, as fantasias, a consciência.

Essa mudança de perspectiva restitui o significado da preocupação com o externo como elemento fundamental para a existência do indivíduo, não apenas no sentido biológico, mas no também sentido ontológico. Na medida em que compreende que só pode existir no mundo e se realizar no mundo, tal mundo deixa de ser aquele deserto vazio de sentido identificado por Lipovetsky. Investir nele significa investir em si mesmo; aperfeiçoá-lo significa aperfeiçoar a si mesmo; preservá-lo significa preservar a si mesmo. Assim, apesar de se manter como ponto último de referência para suas interações com o meio, o indivíduo deixa de ser uma personalidade meramente narcísica e passa a se constituir através do envolvimento em uma rede de relações, desde as relações elementares com a Natureza até as inter-relações com os outros indivíduos, que definem as condições de possibilidade de autoafirmação da pessoa como Eu (VAZ, 2002, p. 243).

Conforme Soares e Cruz (2012, p. 411), para surgir o esse novo critério, o critério ético do humano, é necessário que o indivíduo compreenda sua própria identidade de natureza através de um processo de autoconhecimento. Em vez de



“perambular” por um mundo de sentidos instáveis e cambiáveis, ele precisa conhecer profundamente a si mesmo. Ao fazer isso, ele se torna capaz de criar melhores relações com os outros, uma vez que não se orienta mais pela opinião alheia ou por preferências momentâneas, mas por aquilo que sua natureza lhe exige. Essa e a condição também permite que ele cultive a própria existência e utilize o próprio arbítrio de maneira mais adequada. O ambiente é uma extensão do organismo do homem, que projeta e amplifica nele a desordem da própria vida individual e coletiva. Se o homem desconhece a si mesmo, não administra a própria vida com saúde e não aperfeiçoa e realiza o próprio projeto, conforme o critério ético, ele não cumpre a dignidade de ser superior e ofende o próprio valor. Todo o erro praticado contra si mesmo repercute na ordem do ambiente onde ele vive. (SOARES & SOUZA, 2018, p. 313).

Assim, não há possibilidade do indivíduo hipermoderno – vazio e angustiado – produzir um ambiente saudável. Para responder ao desafio da sustentabilidade, é preciso primeiro recuperar o *humano*, através da recuperação do critério ético adequado para orientação de sua existência. Afinal, como questionam Soares e Cruz (2012, p. 412) como é possível ajudar o mundo sem antes saber ajudar a si mesmo?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem e o ambiente em que vive possuem um vínculo indissociável, havendo uma troca de influências entre ambos que para ser positiva e gerar crescimento precisa ser sustentável, harmônica. Vive-se em um período de complexo, derivado principalmente de uma crise existencial, resultado de uma educação focada somente em aspectos técnicos que afastou o ser humano do conhecimento dos valores do ser, resultando na dificuldade do processo de autoconhecimento. Isto impacta a relação do ser humano com os outros e com o próprio mundo. A crise planetária no que se refere ao problema da sustentabilidade é, também, uma crise de formação ética e humanista.



No discorrer do trabalho, percebe-se que ao tratar de sustentabilidade, estar-se-á frisando acerca de um problema essencialmente ético.

Com a presença do individualismo moderno, as ações humanas passam a ser aquelas em que há satisfação das necessidades imediatas e alcance de prazeres superficiais.

Diante disso, a sustentabilidade vem introduzir uma mudança de perspectiva ética, vez que o agir sustentável é aquele, como já exposto, orientado para a preservação do meio e, por conseguinte, da possibilidade da vida.

Além disso, para surgir um novo critério ético do humano, é importante e um tanto quanto necessário que o indivíduo compreenda sua própria identidade de natureza através de um processo de autoconhecimento.

Ainda, como é sabido, o ambiente é uma extensão do organismo do homem, que projeta e amplifica nele a desordem da própria vida individual e coletiva.

Portanto, não há possibilidade do indivíduo hipermoderno vazio produzir um ambiente saudável. Para responder ao desafio da sustentabilidade, é preciso primeiro recuperar o *humano*, por meio da recuperação do critério ético adequado para orientação de sua existência.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CHARLES, Sebastián; LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad.: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.



LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **Sociedade da Decepção**. São Paulo: Manole, 2007

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad.: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12ª ed. Trad.: Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MENEGHETTI, Antônio. **O projeto homem**. 3ª ed. Trad. e rev.: Claudia Montenegro e Gabriela Rockenbach. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011.

MENEZES, Rubens Losada. **Técnica, ciência e direito da sustentabilidade**. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 31-74, 2016. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/8748/4877> Acesso em: 18 de maio de 2021.

PEREIRA, Agostinho O. K.; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique M. K. **A Sustentabilidade Ambiental e a Teoria dos Sistemas na Sociedade Transnacional**. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 17, n. 1, p. 70-83, 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3639/2182> Acesso em: 20 de maio de 2021.

RENAUT, Alain. **O indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito. Trad.: Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

SOARES, Josemar. **Consciência de Si, Direito e Sociedade**. São Paulo: Intelecto, 2018.

SOARES, Josemar. CRUZ, Paulo Márcio. **Critério ético e sustentabilidade na sociedade Pós-Moderna**: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídica. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 17, n. 3, p. 401-418, 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4208/2419> Acesso em: 18 de maio de 2021.

SOARES, Josemar. SOUZA, Maria Cláudia S. A. **Multiculturalismo, comunidade ética e transnacionalidade**. Revista Direito UFMS, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 247-269, jul/dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/9930> Acesso em: 26. maio.2021.

SOARES, Josemar. SOUZA, Maria Cláudia S. A. Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade. **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 303-318, ago/dez, 2018.



Disponível

<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/815>

Acesso em: 23. maio.2021.

em:

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Ética e Direito**. São Paulo: Loyola, 2002.

